



Relatório por cidades

BRASÍLIA/ DF

Juliana Leite

Março, 2021

Realização:



Apoio:



Patrocínio:

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS





Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes,
em privação de liberdade

Relatório por cidades – BRASÍLIA/DF

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damares Regina Alves

Secretária Executiva

Tatiana Alvarenga

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Maurício José Silva Cunha

Diretoria de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente

Maria Leolina Couto Cunha

Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Giselle da Silva Cyrillo



INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendente Geral

Paulo Timm

Superintendente da Área de Desenvolvimento Econômico e Social

Alexandre C. de Albuquerque Santos

Coordenação Técnica

Rosimere de Souza

Equipe técnica

Louise Storni

Herculis Toledo

Juliana Leite

Equipe de Apoio

Roberta Cordeiro

Flávia Lopes

Virginia Letice

Ewerton Antunes

Ana Carolina de Souza

Pesquisadores

Gustavo Ferreira (Belém)

Pedro Figueiredo (Fortaleza)

Liza Santos (Goiânia)

Adrianna Cristina Lopes Setemy (Curitiba)

Hannah Zuquim (Brasília)

Betina Warmling (Porto Alegre)

José Fernando da Silva (Recife)

Sarah Nunes Farhat (Rio Branco)

Nathalí Estevez Grillo (São Paulo)

Especialistas que realizaram análises

Claudio Augusto Vieira (Psicólogo)

Jalusa Silva de Arruda (advogado)

Marcio Farias (Psicólogo)

Nathalí Estevez Grillo (Psicóloga)

Pedro Pereira (advogado)



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Relatório por cidades – BRASÍLIA/DF

Documentos relacionados à esta pesquisa, disponíveis na biblioteca virtual do IBAM:

- Relatório Executivo – Pesquisa sobre o atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Marcos conceituais, situacionais e operacionais dos projetos político pedagógicos em 10 cidades brasileiras, em adequação com as diretrizes do SINASE.
- Marcos conceituais, situacionais e operacionais de referência no sistema de segurança, acerca do atendimento às adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional.
- Relatório de análise das entrevistas realizadas com delegados, promotores de justiça, defensores públicos e juízes da infância acerca do atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise das entrevistas realizadas com gestores(as) dos sistemas e dos centros socioeducativos estaduais e distrital, acerca do atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise dos resultados dos grupos focais e das entrevistas, realizados respectivamente com as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e suas/seus familiares acerca do atendimento socioeducativo, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise do conteúdo das rodas de conversa, realizadas com as equipes de atendimento às adolescentes em privação de liberdade nos Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Belém (Pará).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Brasília (Distrito Federal).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Curitiba (Paraná).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Fortaleza (Ceará).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Goiânia (Goiás).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Recife (Pernambuco).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Rio Branco (Acre).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de São Paulo (São Paulo).
- Guia de reflexões e recomendações para o atendimento socioeducativo às meninas em cumprimento de medida de internação



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO.....	7
2. PERCEPÇÕES DAS/OS ENTREVISTADAS/OS SOBRE A GESTÃO E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVA	11
3. PERFIL DAS ADOLESCENTES DO CENTRO/UNIDADE SOCIOEDUCATIVO.....	15
4. COTIDIANO DE ATENDIMENTO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO.....	17
5. PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)	20
6. PERCEPÇÕES SOBRE A IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO	22
7. LISTA DE DOCUMENTOS LEVANTADOS NA CIDADE.....	25
8. SISTEMATIZAÇÃO RESUMIDA DAS DIMENSÕES DA PESQUISA	26



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta dimensões e aspectos do atendimento socioeducativo realizado junto às adolescentes a quem se atribui a autoria do ato infracional no estado, com ênfase nas ações desenvolvidas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina.

O estado integra o campo da pesquisa, realizada no período de 2019 e 2021 em 10 (dez) cidades brasileiras com os maiores percentuais de meninas em cumprimento de medida privativa de liberdade: Belém (Pará), Rio Branco (Acre), Recife (Pernambuco), Fortaleza (Ceará), Brasília (Distrito Federal), Goiânia (Goiás), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), São Paulo (São Paulo), Curitiba (Paraná) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

Estas cidades foram selecionadas com base nos dados de 2014 e 2015 sistematizados pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério (SNDCA/MMFDH), no Levantamento do atendimento socioeducativo no Brasil, onde as meninas representavam entre 5% e 4% do universo de adolescentes.

Dados mais atualizados da SNDCA mostram que entre os 143.316 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil no ano de 2017, 82% estavam em medidas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade ou em liberdade assistida) e 18% em privação de liberdade (semiliberdade, internação e internação provisória). Neste universo as meninas representavam 11,18% em meio aberto e 4,05% em privação de liberdade.

Mesmo sendo uma porcentagem menor comparada aos meninos, a representatividade feminina constitui um desafio neste cenário socioeducativo, pensado historicamente sob uma ótica masculina e direcionado para o atendimento aos meninos.

Assim, buscou-se nesta pesquisa conhecer os elementos que caracterizam o atendimento às meninas em sua passagem pelo sistema de administração da justiça juvenil até - desde o momento da apreensão e apuração da autoria do ato infracional -, até a execução das medidas nos Centros Socioeducativos de Internação, a partir da percepção dos participantes da pesquisa e de fontes documentais, com vistas a identificar insumos que possam contribuir para o aprimoramento dos instrumentos utilizados e, por conseguinte a atenção dada a este grupo.

Alguns resultados aqui apresentados certamente já foram observados em pesquisas anteriores. Mas as conclusões as quais se chegou podem colaborar para os debates sobre o tema, a organização e o aprimoramento da política de atendimento socioeducativo no estado e o desenvolvimento de novos estudos.



1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO

UF	DF
Nome da Cidade	Brasília
Entidade de vinculação	Secretaria de Justiça Subsecretaria do Sistema Socioeducativo
Nome do Centro Socioeducativo	Unidade de Internação Santa Maria

A realização da pesquisa de campo de Brasília ocorreu entre os meses de março a novembro de 2019. Assim como em todas as outras UFs contempladas no projeto, houve uma primeira fase de articulação institucional, organizada pela equipe técnica do IBAM, e as demais atividades, como entrevistas, roda de conversa e grupo focal, foram feitas prioritariamente pela pesquisadora local, com nosso apoio remoto e em alguns casos presencial.

De maneira geral, não houve entraves na marcação e realização das entrevistas. Apenas ajustes na agenda das/dos entrevistadas/os, bem como alguns esclarecimentos sobre a importância da coleta dos depoimentos para construção de recomendações à política socioeducativa para meninas. No total, conseguimos ouvir 10 atores estratégicos do sistema socioeducativo de Brasília que nos permitiram observar diferentes perspectivas sobre o atendimento das adolescentes autoras de ato infracional. São eles:

1. Juíza Titular da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas.
2. Promotor da Promotoria de Execução de Medidas Socioeducativas.
3. Coordenador do Núcleo de Execução das Medidas Socioeducativas da Defensoria Pública.
4. Gerente do setor psicossocial do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI).
5. Delegado chefe da I Delegacia da Criança e do Adolescente.
6. Delegado chefe da II Delegacia da Criança e do Adolescente.
7. Subsecretário do Sistema Socioeducativo.
8. Conselheira da Comissão de Medidas Socioeducativa do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.
9. Gerente da Unidade Feminina de Santa Maria.



10. Especialista socioeducativa responsável pelo atendimento das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

A partir desses depoimentos e de alguns materiais de referência¹, o presente relatório apresenta um panorama das principais questões da gestão e propõe algumas reflexões importantes sobre as lacunas da perspectiva das adolescentes existentes no sistema do Distrito Federal.

Contudo, antes de detalhar os aspectos emergentes, cabe contextualizar a organização do atendimento socioeducativo local.

Atualmente vinculada à Secretaria de Justiça do DF, a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo foi criada em 2011 e tem sido responsável pela execução tanto das medidas de internação, internação provisória, semiliberdade, como pelas de meio aberto. Mesmo com a municipalização da liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC), essa descentralização não ocorreu no DF, em razão da sua configuração federativa.

Se por um lado essa disposição institucional pode facilitar a articulação do fluxo de informações do meio fechado com o meio aberto, por outro, há uma grande demanda de atendimento a ser gerida. Com 6 unidades de internação, sendo 1 mista, em que há acolhimento tanto de meninos como de meninas, a Subsecretaria declarou na época da entrevista que nos últimos 6 meses 60 meninas cumpriram medida de internação. Embora, o número de adolescentes que estavam em outras modalidades não tenha sido alvo do escopo desta pesquisa, sabe-se que existem 6 centros de semiliberdade, 1 de internação provisória e 15 de unidades de atendimento de meio aberto (UAMA) no DF.

Outra informação relevante é a composição da equipe técnica de atendimento direto que é responsável por fomentar nas adolescentes diferentes reflexões sobre o ato infracional, os ciclos de violência, os projetos de vida etc. De acordo com as informações da gestão e da direção da unidade, os profissionais que integram esse grupo de trabalho são: 1 assistente social, 1 psicóloga, mais de 5 enfermeiros e mais de 5 agentes de segurança socioeducativos.

Uma das principais questões abordadas por todos os entrevistados foi a construção da nova unidade, exclusivamente feminina, que está há alguns anos para ser finalizada. Mesmo com um número reduzido de adolescentes internadas e com adequação segura dos alojamentos para este quantitativo, os relatos enfatizaram as dificuldades de divisão dos espaços comuns em Santa Maria para realização de atividades exclusivas das meninas. O que se tem feito no cotidiano são atividades mistas, sobretudo da escola, já que a estrutura física da unidade torna inevitável esse contato.

¹ Foram analisados: i) Plano Político Pedagógico da Unidade de Santa Maria. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/pppismcresantamaria.pdf> (Acesso em 14/06/20) ii) I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do DF. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/1o-plano-decenal-de-atendimento-socioeducativo-do-df-pdase.pdf> (Acesso em 14/06/20)



Dessa forma, cabe ressaltar que o centro socioeducativo estudado nesta pesquisa poderá ser desativado em breve. Mas, todas as análises construídas a partir dessa organização ainda constituem subsídios significativos para a avaliação dessas mudanças e outras adaptações necessárias ao atendimento das meninas.

Mais um equipamento importante no cenário brasiliense é o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), que foi inaugurado em 2013 e se alinha às recomendações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional do Socioeducativo (SINASE). Criado com o objetivo de articular os principais atores do sistema socioeducativo e garantir maior rapidez no fluxo de atendimento das/dos adolescentes autores de ato infracional, o NAI abriga em suas instalações: Vara de Conhecimento das Medidas Socioeducativas, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Justiça, Polícia Civil, Polícia Militar e Central de Vagas. Inicialmente, o NAI não estava incluso no recorte dos entrevistados, mas como sua atuação foi destacada por outros atores, tornou-se importante adicionar mais essa perspectiva institucional para o contexto socioeducativo local.

Na avaliação de uma das coordenadoras do NAI, a equipe psicossocial produz relatórios técnicos que muitas vezes não chegam a tempo da decisão judicial. Há uma grande demanda e pouco tempo para produzi-los. A linguagem do judiciário também foi apontada como algo inacessível. “As famílias não entendem o que está acontecendo. E o judiciário não se esforça para compreender a realidade das pessoas atendidas”.

Como NAI acaba sendo uma etapa estratégica de entrada dos/das adolescentes no sistema, as equipes possuem um olhar amplo sobre a aplicação das medidas e a socio educação. As críticas observadas se direcionam a suscitar entraves que precisam ser cuidados. Como por exemplo, as práticas recorrentes das delegacias de levantar o histórico da/do adolescente para de alguma forma criminalizá-los mais; a ineficiência do conselho tutelar em cumprir o seu papel de defesa dos direitos da criança e do adolescente; e a priorização do Ministério Público no atendimento do adolescente no NAI, muitas vezes se adiando a avaliação escolar e de saúde.

Para além desta caracterização da estrutura, as entrevistas evidenciaram as visões e práticas institucionais que compõem o sistema. Mesmo que mais adiante os principais pontos sejam mais bem detalhados, cabe trazer algumas observações gerais dessas articulações.

A defensoria apresentou uma visão crítica sobre as violações do Estado com os/as adolescentes. Mas, por outro lado reconhecem que trabalho tem se tornado mecânico, em razão da grande demanda de processos e equipe técnica de acompanhamento reduzida. De acordo com o Defensor, os investimentos do socioeducativo deveriam dar mais enfoque nas medidas em meio aberto. Até como prevenção para o meio fechado.



A promotoria destacou que realiza visitas ao NAI e aos centros socioeducativos a cada dois meses. Além de conversar com a equipe técnica e verificar o cumprimento de algumas normativas, o entrevistado reconheceu a necessidade de maior investimento na infraestrutura das unidades. Contudo, salientou que, no caso das meninas, como elas não enfrentam superlotação, as condições são melhores.

A Vara de Execuções demonstrou ter uma ligação próxima e receptiva com as adolescentes, relatando alguns projetos realizados que promoveram diálogos diretos, como a rádio organizada pela ONG Anis em que ela foi entrevistada pelas meninas. A juíza também relatou que incentiva outros magistrados a fazerem visitas regulares às unidades de internação como forma de estabelecer uma relação menos formal com as/os adolescentes.

Sobre as delegacias, ficou claro uma percepção mais generalista sobre as adolescentes, na qual os delegados demonstraram poucas reflexões sobre o contexto das meninas. O processo do primeiro atendimento pareceu ser frio, sem um acolhimento mais atento às demandas psicossociais. Também se observou algumas contradições sobre o punitivismo: ao mesmo tempo em que os delegados falaram em mais rigor nas medidas para influenciar na redução dos casos, eles também reconhecem que “a polícia não vai resolver, tem que tratar na raiz do problema”.

Quanto à gestão, o atual subsecretário atua há 11 anos no sistema socioeducativo, deixando claro seu amplo entendimento sobre a execução das medidas de internação e enfatizando sua preocupação com o atendimento das meninas. A diretora da unidade e técnica de referência são funcionárias de carreira que estão há, pelo menos, 5 anos atuando no socioeducativo, o que também contribui para uma construção mais sistemática da política.

Ainda cabe mencionar que após o encerramento das atividades de campo, a VENSE apresentou um levantamento dos dados sobre os processos das/dos adolescentes que estão e das/dos que já passaram pelo sistema socioeducativo². Embora, não tenhamos tido acesso ao relatório final, acredita-se que essas informações possam dialogar com este relatório e com as perspectivas levantadas sobre a questão de gênero. Sobretudo para identificar lacunas que demandam melhoria das políticas públicas.

² Para mais informações, acessar: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/novembro/vemse-apresenta-em-seminario-resultado-de-levantamento-inedito-de-dados-sobre-medidas-socioeducativas-no-df>



2. PERCEPÇÕES DAS/OS ENTREVISTADAS/OS SOBRE A GESTÃO E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVA

Mesmo que a pesquisa não tenha incluído uma metodologia de observação participante, em que há um acompanhamento mais sistemático da rotina da política de atendimento socioeducativo, foi possível perceber que a gestão do Distrito Federal está bem estruturada, com a equipe sendo composta majoritariamente por funcionários concursados e com conhecimentos técnicos embasados sobre a área.

Entretanto, apesar dessa organização institucional atual apresentar condições adequadas de funcionamento, torna-se estratégico olhar para os avanços e desafios dos últimos 5 anos da política socioeducativa para compreender a trajetória da gestão e verificar as ações que demandam ajustes.

A própria gestão apontou como um dos principais progressos foi a transferência da unidade feminina do Recanto das Emas para Santa Maria, o que facilitou o acesso externo e melhorou as distâncias de segurança entre os módulos. Essa mudança também possibilitou que a equipe de atendimento se envolvesse na construção de um projeto específico para as meninas.

Ainda na visão da gestão, a articulação de parcerias com outras secretarias trouxe alguns ganhos para os serviços. Como por exemplo, o diálogo com a Secretaria da Mulher que orientou a equipe do socioeducativo sobre algumas especificidades das meninas, diferentes formas de tratamento e a questão da sexualidade.

A direção da unidade apontou a construção da cartilha de atendimento, que estava em andamento no momento da pesquisa, como um marco importante nesses últimos anos. Outro fator destacado como positivo foi o aumento da equipe técnica e da quantidade de especialistas que foram incorporados nos quadros, melhorando a capacidade de gerenciamento da rotina das adolescentes.

Complementando esse aspecto de investimento nos recursos humanos, a Vara observou que a adoção de um plano de cargos e carreiras também influenciou no melhor funcionamento das unidades, já que proporcionou mais garantias aos funcionárias/os. A aprovação do regimento interno foi outro destaque do poder judiciário para regulamentar algumas práticas e deixar o cotidiano das atividades mais padronizado.

Além de aspectos diretos da execução da política, foi elencada uma mudança significativa da visão do judiciário no acompanhamento das meninas. No caso das adolescentes grávidas, a



Vara tem extinguido a medida ou em algumas situações aplicado liberdade assistida. Muito em razão da unidade não ter estrutura suficiente para abrigar um recém-nascido, mas também pelo entendimento de que a maternidade exige cuidados e tempos próprios que o socioeducativo não é capaz de oferecer.

Sobre os desafios desses últimos cinco anos, a gestão e a direção da unidade observaram a dificuldade de romper com a cultura de que as meninas são mais difíceis e possuem um comportamento de maior tensionamento. Por mais que a equipe de atendimento, sobretudo assistentes sociais e psicólogas sejam mais atentas a essa questão, ainda há reprodução de um discurso mais conservador com as adolescentes. Nesse sentido, ambos apontaram a necessidade de amplos debates sobre o tema, com vistas a fortalecer o processo de desconstrução dos estereótipos de gênero e de reconhecimento dos direitos específicos das adolescentes.

Ainda na perspectiva dessas instâncias, a finalização da nova unidade exclusiva para as meninas no Gama foi indicada como uma oportunidade de corrigir desalinhamentos e construir uma política específica para as meninas. Essa expectativa da inauguração do complexo feminino é uma questão que atravessa vários outros aspectos da gestão e, por isso, também se apresenta com um marco significativo de comprometimento com as melhorias do atendimento.

A Vara também compartilha dessa ideia sobre a nova unidade feminina. E, enfatiza que no atual centro socioeducativo, com a realização de atividades mistas, o funcionamento não é o adequado. De acordo com ela, o projeto é uma cópia das unidades masculinas, mas as técnicas deram sugestões para adaptação. Na nova unidade há espaço para visita íntima, mas a magistrada ainda não sabe como vai proceder sobre o assunto.

Por outro lado, as outras instituições do sistema de justiça destacaram como desafios, políticas setoriais que compõem socioeducativo, sobretudo na falta de formações/capacitações que promovam a inserção no mercado de trabalho para as adolescentes. Para a promotoria, é preciso criar oportunidades para evitar a reincidência. Já a defensoria enfocou no acompanhamento de egressos para endossar o investimento em ações de geração de renda.

A última avaliação negativa recai sobre a qualidade da alimentação oferecida às adolescentes. Vários atores falaram sobre essa problemática, inclusive as adolescentes que participaram da roda de conversa e do grupo focal. De acordo com as informações coletadas durante a pesquisa, a empresa terceirizada que fornece todas as refeições diárias já enviou comida estragada à unidade várias vezes. E, como os módulos não possuem cozinhas bem estruturadas para utilização, a alimentação das adolescentes fica comprometida nessas situações.



No tocante às prioridades da gestão para os próximos anos, o investimento em profissionalização para retirar as adolescentes do contexto infracional foi citado como o principal projeto. O que dialoga com os desafios elencados anteriormente. Qualificar a escolarização, inaugurar novas unidades, humanizar o atendimento e capacitar o servidor foram outros pontos mencionados como importantes no planejamento da subsecretaria.

Mais um aporte estratégico na análise é a avaliação sobre a relação e o diálogo interinstitucional. Verificar como estão essas articulações é um meio de entender como estão funcionando os fluxos de atendimento do sistema e a garantia dos serviços setoriais que fazem parte da socioeducação, como educação, saúde, esporte etc.

Nesse contexto, a gestão destacou sua proximidade com atuação do Conselho de Direitos da Criança do DF para encaminhar as deliberações do socioeducativo. Ao mesmo tempo, a representação do CDCA também confirmou o alinhamento do trabalho do executivo com o órgão de controle social, ressaltando que o subsecretário não tem receio de falar sobre as fragilidades.

Ainda de acordo com o CDCA, na gestão passada tinham muitas denúncias de tortura. Embora, a pesquisa não tenha se aprofundado nos detalhes dos casos, cabe enfatizar que o conselho foi a única instituição que falou abertamente sobre essa questão na entrevista. As informações coletadas tocaram novamente na importância do monitoramento do sistema, sobretudo de visitas às unidades e de fortalecimento de canais de denúncia de violações de direitos. Dentro da sistematização realizada pelo CDCA, em 2018, as medidas de internação tiveram 10 adolescentes mortos por suicídio ou agressão.

Para a direção da unidade, a relação com o judiciário e a defensoria são frágeis, uma vez que não se consegue estabelecer um canal de comunicação sistemático para resolver as demandas mais ordinárias das adolescentes. De acordo esse relato, a rede formada deveria ser responsável por transformar a vidas das meninas, mas acaba sendo punitivo e burocrático.

Na análise da defensoria, destacou-se um encaminhamento prático para a melhor articulação entre as instituições: a retomada do comitê gestor intersetorial socioeducativo que parou há 3 anos. O resgate desse espaço de diálogo torna-se fundamental para mediar as relações de poder, organizar as competências e acordar alguns protocolos para a fluidez dos fluxos de atendimento.

O investimento nas medidas de meio aberto também foi citado por diferentes atores da pesquisa como uma forma de quebrar a trajetória infracional e evitar o trauma social da internação. A equipe técnica relatou suas experiências com a liberdade assistida e com a prestação de serviços à comunidade e o meio aberto e enfatizou que o abandono dessas medidas que tem muito potencial é frustrante.



Segundo a equipe técnica, nos últimos anos a gestão tem investido mais nos aspectos de segurança das unidades. Esse olhar direcionado para fortalecer o espaço de privação de liberdade, num primeiro momento, pode ser justificado como forma de evitar fugas ou rebeliões. Mas, ao compreender o atual contexto sociopolítico de retrocessos, a equipe ressalta que esta ação reflete o aumento dos discursos sociais punitivistas.

Apesar dessa lógica mais direcionada ao sancionatório, a gestão segue ao disposto no artigo 88 do ECA no seu inciso V que recomenda agilidade e integração no atendimento inicial das/dos adolescentes. A entrada das meninas e o fluxo de atendimento no sistema socioeducativo brasileiro passa num primeiro momento pelas delegacias e depois para o NAI. Como já mencionado anteriormente, essa estrutura possui um plantão interinstitucional que acolhe as meninas, realiza atendimento psicossocial e em até 24 horas encaminha para oitiva com o Ministério Público.

A existência de planos e normativas da política socioeducativa também nos traz mais elementos para compreender o contexto de construção da política socioeducativa local. A gestão e a direção a unidade destacaram a importância do Plano Político Pedagógico e do Plano Decenal da Criança e do Adolescente para guiar o trabalho da gestão e não gerar descontinuidade das ações planejadas e implementadas. Mas, em contraponto, o conselho que mencionou ter participado ativamente do Plano Distrital, destacou que o documento foi engavetado e não há uma ferramenta de gestão.

Ainda chamou a atenção que alguns atores do sistema de justiça não reconhecem o Plano Decenal e o Projeto Político Pedagógico como instrumentos que tenham impacto na execução das medidas socioeducativas. Para a Juíza e o Promotor tais documentos não possuem efetividade prática, são apenas documentos formais. Embora as razões dessa perspectiva não tenham sido aprofundadas na entrevista, cabe refletir sobre os processos de construção participativo dessas propostas, bem como a responsabilização de todos os envolvidos no sistema socioeducativos no monitoramento e avaliação da política socioeducativa

Sobre a existência de parcerias, a direção relatou que existem vários dias destinados às atividades religiosas, sobretudo da igreja evangélica. Também há a colaboração constante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) que possui um trabalho de reflexão sobre a construção do projeto de vida, tanto para aspirações pessoais, como profissionais das adolescentes. Contudo, a direção fala que as meninas se interessam mais por cursos designados para mulheres.



3. PERFIL DAS ADOLESCENTES DO CENTRO/UNIDADE SOCIOEDUCATIVO

Falar sobre o perfil das adolescentes que estão na Unidade de Internação de Santa Maria significa compreender aspectos que estão além dos dados socioeconômicos. A qualificação das informações quantitativas torna-se imprescindível para aprofundar o debate sobre os ciclos de violência e os possíveis caminhos de aperfeiçoamento da socioeducação para meninas.

Embora a pesquisa não tenha tido acesso a sistematização dos indicadores socioeconômicos coletados no PIA das meninas da unidade de internação, todos os entrevistados salientaram que a grande maioria são pobres, oriundas de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Observa-se que o recorte de classe é evidenciado em um primeiro momento em todas as falas.

Por outro lado, a questão racial e de gênero são invisibilizadas e/ou tratadas de modo generalista, sobretudo com reprodução de alguns estereótipos, como dos papéis de gênero e até mesmo através de relatos que não enxergavam relevância sobre a cor das meninas. Um dos entrevistados afirmou que as adolescentes são mais agressivas e tem mais necessidade de auto afirmação, mecanismo de defesa.

A direção da unidade falou sobre o aspecto familiar, como outra categoria importante na análise do perfil das meninas. De acordo com ela, as famílias são monoparentais, na qual a mãe é a única responsável, tem muitos filhos, não tem dinheiro e mora longe. Ou seja, há diversos aspectos que impedem a convivência familiar enquanto há o cumprimento da medida de internação.

A coordenação do NAI também corrobora essa perspectiva de ausência da figura paterna. E, complementa lembrando que muitas adolescentes possuem histórico de abuso, violência física e sexual, como conflito com o padrasto muitas vezes. Há também um fluxo grande de adolescentes que vem de abrigos.

O delito mais frequente apontado pelos entrevistados foi tráfico, seguido de roubo e furto. Ainda foram citados homicídio, latrocínio e lesão corporal. Da mesma forma que os demais dados, não tivemos acesso às estatísticas do sistema. Mas, essas as informações coletadas nas entrevistas refletem um cenário nacional, em que o tráfico de drogas configura um dos principais atos que mais encarcera no país.

Para compreender como são monitorados o fluxo de entrada e saída das adolescentes da unidade de internação, foi perguntado sobre a existência de um programa de acompanhamento de reincidentes e de egressos. Segundo a gestão, ainda não há uma ação



sistemática para os casos de reincidência, nem de egressos. Mas, foram citados dois projetos da rede parceira que desenvolvem trabalhos com as adolescentes: um criado pelo o CDCA para atendimento de 200 egressos e outros da ONG INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) que desenvolve o acompanhamento de algumas egressas que participaram das oficinas sobre projeto de vida.

Contudo, a equipe de atendimento observa que não há projeto estruturado para egressas. E isso tem relação direta com a evasão escolar após o cumprimento da medida e com a reincidência. As meninas saem sem muita perspectiva e sem orientação ou supervisão para o encaminhamento de atividades fora dos ciclos de violência que antes elas vivenciavam.

A defensoria e a promotoria reforçaram a necessidade de implementação de uma política de egressos, sobretudo para inserção no mercado de trabalho e também para acompanhamento das famílias, em razão do contexto de vulnerabilidade social. Ambos destacaram a relevância do papel da socialização e de quebrar o estigma das adolescentes quando retornam para a sociedade.

As observações da polícia civil sobre o ingresso das adolescentes nas delegacias mais uma vez chamam atenção para alta reincidência. Mas, falaram de maneira geral, não apresentando o olhar específico para as adolescentes. Também foi notado que não há a percepção sobre a seletividade penal nos depoimentos dos delegados: as pessoas mais frágeis na cadeia do crime são as capturadas pela polícia, geralmente pobres e negras.



4. COTIDIANO DE ATENDIMENTO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO

Entender o cotidiano das adolescentes que estão na unidade de Santa Maria constitui uma análise importante para avaliar as atividades pedagógicas adotadas, como também o acesso às políticas setoriais que compõem o atendimento socioeducativo. Dessa forma, as informações coletadas nos depoimentos da equipe técnica, direção e gestão possuem mais detalhes da rotina, uma vez que esses olhares estão mais próximos da execução da medida de internação. Já os depoimentos dos atores do sistema de justiça e do conselho possuem uma observação mais geral e estão direcionados a diagnosticar possíveis lacunas que se reverberam na reavaliação da medida.

No período de realização das entrevistas, havia 20 meninas na Unidade de Santa Maria para serem atendidas por uma equipe técnica composta por 4 profissionais. A estrutura possui 10 quartos, nos quais as adolescentes são alocadas de acordo com as afinidades. Segundo informações, há muitas brigas entre elas pelos mais diferentes motivos. Mas, a ociosidade pela falta de atividades além da escola foi apontada como fator de influência no agravamento dos conflitos entre elas. Apesar das tentativas de mediação, as profissionais de atendimentos relatam que algumas separações e, até isolamentos, são estratégias necessárias para se evitar mais desgastes das relações.

Uma das principais questões suscitadas sobre a rotina foi a dificuldade de atender às necessidades das meninas por meio da rede de atendimento. O conselho enfatizou essa perspectiva, destacando a necessidade de maior investimento em saúde, educação e profissionalização aliado a inserção no mercado de trabalho.

Sobre a saúde, destacou-se que há uma lacuna urgente nas especialidades de ginecologia e obstetrícia, tratamento de dependência de drogas e saúde mental. Mesmo com uma equipe de enfermagem à disposição na unidade para um acolhimento mais ordinário, o atendimento médico foi avaliado como insuficiente para cobrir as demandas das adolescentes. As atividades esportivas que são importantes aliadas nos cuidados com o corpo e a saúde também foram destacadas por terem pouca frequência na rotina das meninas.

Quanto à educação, a direção mencionou que há falhas na comunicação com a escola, sobretudo na realização de algumas atividades extras e na adaptação de metodologias e conteúdos para as adolescentes. Por outro lado, observou-se que a escolaridade possui pesos diferentes no processo de avaliação da medida de internação para alguns atores. O Juizado, por exemplo, entende que esse aspecto não conta muito nas revisões, já que faltam informações sobre o aprendizado escolar. A frequência nas aulas acaba não oferecendo



subsídios para necessários, uma vez que dentro da internação não há possibilidade evasão escolar.

A disposição da unidade, com módulos masculinos e femininos próximos, foi apontada como um fator de significativa influência na rotina diária. Muitas atividades, como a escola, são com meninos e meninas juntas, o que demandam muita atenção da equipe técnica na mediação de conflitos e no controle dos contatos físicos. A gestão levantou dúvidas sobre a continuidade desse modelo conjunto, sobretudo pelo desgaste gerado na equipe técnica na resolução desses casos.

Além dessas situações de tensão, a equipe técnica ainda pontuou que existem problemas no acolhimento das novas meninas e integração com as antigas. E, muitas vezes a dificuldade na receptividade é agravada por questões de abstinência de drogas das que estão chegando. Como o encaminhamento para a rede de saúde é um dos que possuem entraves, não se consegue fazer um tratamento com a devida rapidez e efetividade. A medicalização dessas meninas com o acompanhamento da equipe de enfermagem tem sido o caminho mais adotado para reduzir os efeitos da dependência.

Com o recrudescimento das regras da unidade e a priorização dos aspectos de segurança com a nova direção geral, algumas atividades têm sido negociadas, como o dia da beleza que ocorre aos sábados. De acordo com a equipe técnica, só participa dessa atividade, as adolescentes que se comportaram durante a semana. Lanches e alimentos levados pelas famílias nos dias de visita também foram reduzidos. Nesse sentido, a equipe técnica diz que está propondo refazer o regimento interno da unidade para atender melhor às demandas das meninas.

Nas atividades extras, foi citado o Sistema S, Instituto Lumiar, Rede de Mulheres e o INSEC como principais parceiros na oferta de cursos profissionalizantes e na organização de oficinas e rodas de conversas sobre os diferentes temas ligados aos direitos humanos. E, com relação às atividades religiosas, a direção relata que existem vários dias destinados aos cultos, sobretudo da Igreja Evangélica e da Pastoral do Menor.

O sistema de justiça demonstrou não saber detalhes do cotidiano de Santa Maria. Os depoimentos do Juizado, Promotoria e Defensoria se direcionaram a falar mais sobre o que percebiam do comportamento das adolescentes. De acordo com eles, as meninas se envolvem mais nas atividades e tem mais diálogo comparado aos meninos. Há mais abertura delas para falar sobre os problemas, o que ajuda na identificação das emoções e no direcionamento do atendimento que elas precisam.

O conselho também revela não saber sobre o funcionamento diário da unidade, mas como tem a função de fiscalizar, relata que realiza visitas periódicas. A comissão do socioeducativo elaborou questionários que foram aplicados na equipe, bem como nas políticas públicas que



compõem o sistema para ouvir as situações de violações de direitos humanos. Um dos problemas apontados foi a qualidade das refeições oferecidas as adolescentes que, em muitos momentos, chegou estragada.

Como recomendação de outras atividades que podem ser implementadas com as meninas, somente a direção da unidade deu direcionamentos mais concretos. Observou-se a urgência de trabalhar atividades que promovam a autonomia, empoderamento feminino e abordem a garantia de direitos das mulheres. Além dessas ações, também foi apontado a necessidade de se criar um projeto de acompanhamento de adolescentes grávidas e das que já são mães, com vistas a dar um suporte emocional e informativo maior sobre esses ciclos. De acordo com os depoimentos, essas sugestões podem dar mais consistência ao processo socioeducativo, na medida em que estimulam o questionamento sobre as diversas formas de violações de direitos.



5. PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

Apesar do PIA ser um instrumento fundamental para o acompanhamento do processo socioeducativo da adolescente, poucos entrevistados trouxeram reflexões mais profundas sobre as diretrizes trabalhadas. Também não foi possível ter acesso ao modelo implementado para compreender possíveis potenciais e/ou fragilidades do documento. Portanto, as análises desse item foram ancoradas em muitas impressões sobre o processo de aplicação do PIA relatados pelos representantes do sistema de justiça e da equipe técnica de atendimento.

A partir dos dados informados, chamou atenção algumas respostas desencontradas sobre o prazo de elaboração do PIA. A gestão relatou que o instrumento é realizado entre 15 e 30 dias. Por outro lado, a direção e equipe técnica colocaram o prazo de 30 a 45 dias para a construção. O instrumento é aplicado a todas as meninas e os acordos estabelecidos no primeiro momento de acolhimento são reavaliados semestralmente.

Complementando o PIA, ainda existem relatórios mais descritivos que oferecem detalhes sobre a questão educacional, de saúde, a relação familiar e o comportamento no cotidiano das atividades. Segundo a Juíza, as decisões judiciais levam em consideração esses fatores e, especialmente, a reflexão sobre o ato infracional como parâmetro para definir a continuidade da medida ou a progressão. Como sugestão, ela ainda indica que sejam incorporadas as dimensões dos fatores de risco e proteção para as adolescentes nos PIAs.

Para a direção da unidade, algumas vezes, as metas estipuladas no documento não são possíveis de serem alcançadas por diversas razões que não são de responsabilidade da menina. Por isso, também cabe aos operadores da justiça refletir em suas decisões sobre as questões estruturais do socioeducativo que alimentam alguns entraves na efetividade da socioeducação das adolescentes.

A equipe técnica também pontuou a importância da visita familiar para compreender o ambiente no qual as meninas estão inseridas e, ao mesmo tempo, sensibilizar em alguma forma o núcleo familiar para a continuidade do processo de socioeducação após o cumprimento da medida de internação. As idas aos locais de moradia também fazem parte de uma estratégia de convidar/trazer as/os responsáveis para a unidade. Aproximá-las/los do cotidiano das filhas para refazer e fortalecer os vínculos familiares é um passo fundamental para o rompimento de alguns ciclos de violência.

Esse trabalho com as famílias exige dedicação de tempo, de recursos humanos e financeiros para ser realizado. Mas, a estrutura oferecida ainda possui fragilidades para o



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Relatório por cidades – BRASÍLIA/DF

desenvolvimento desse tipo de trabalho. Para a Defensoria, uma das principais dificuldades do atendimento se insere nesse contexto de ter mais profissionais disponíveis na equipe técnica da unidade de internação tanto o gerenciamento de atividades ordinárias, como para fazer tarefas mais consistentes.



6. PERCEPÇÕES SOBRE A IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO

Embora tenhamos transversalizado o olhar sobre as questões da identidade de gênero nos itens anteriores, cabe enfatizar algumas percepções mais críticas sobre as práticas do sistema socioeducativo com as adolescentes. O objetivo dessa reflexão não é apontar erros, mas pensar a estrutura das desigualdades para construir possíveis alternativas.

Uma das questões mais recorrentes dos depoimentos ouvidos foi a construção da nova unidade específica para as meninas, uma vez que a dinâmica de Santa Maria possui algumas tensões e conflitos da divisão do espaço com os módulos masculinos. A direção comenta que o sob o ponto de vista da gestão, esse aspecto exige muita atenção já que “há muita energia sexual para mediar”.

A percepção da equipe técnica é que há muitas fofocas, namoro e ciúmes e até brigas anteriores à internação, sobretudo de disputa de facções que existem entre algumas meninas. A direção fala que as meninas são mais expressivas e se posicionam mais. Muitas apresentam desequilíbrio emocional. Mas, diferente dos meninos em que há possibilidade de remanejamento para outros módulos como forma de cessar o conflito, a unidade feminina tem vagas limitadas para adoção desta estratégia. E nesse sentido, a mediação de conflitos se torna central na rotina da equipe técnica.

Por outro lado, a gestão afirmou a necessidade de romper com a reprodução dos estereótipos de indisciplina e de dificuldade de relacionamento atribuídos às meninas. Isso foi observado não só na visão da direção e da equipe técnica, mas também nos atores do sistema de justiça que muitas vezes colocam a realidade dos meninos como a referência de atuação do socioeducativo. O que escapa ou desvia desse modelo é tido, à primeira vista, como entrave. Poucas reflexões trouxeram a necessidade de se reconhecer as diferenças próprias de meninos e meninas para adaptar a estrutura do socioeducativo e, até mesmo, mudar suas narrativas e percepções.

O Juizado fala que há uma submissão das meninas com relação aos homens. Não só na rotina das atividades, mas na construção de muitas das relações afetivas. A direção da unidade complementa essa visão, relatando que em momentos do cotidiano, como na escola por exemplo, as adolescentes não conseguem se concentrar, ficam dispersas e precisam estar a todo momento agradando os meninos. Um dos depoimentos observa que alguns comportamentos indicam que elas buscam proteção próximas a um homem.



Em contraposição, também foi mencionando a masculinização de algumas meninas como estratégia de autoproteção num contexto mais rigoroso. Na avaliação de alguns informantes, as adolescentes acabam adotando comportamentos e hábitos mais próximos do que se entende socialmente por serem dos homens. Neste caso, como no anterior, percebe-se que há um sentimento de falta de segurança entre as adolescentes no ambiente da internação. E, para sanar ou reverter essa ameaça se aliam a figuras/padrões masculinos para não sofrerem mais violações por serem mulheres.

Ainda dentro análise, percebe-se que a questão dos relacionamentos afetivos não é trabalhada com as meninas. Embora nos atendimentos individuais a equipe fomente conversas sobre namoros, não há uma atuação direcionada a refletir sobre as relações de poder entre homens e mulheres de forma estrutural e coletiva.

Sobre a abordagem de identidade de gênero, a direção fala que há meninos e meninas transgêneras na unidade feminina. Tiveram nome social adotado e não reivindicaram a transferência para a unidade masculina. Mas, uma das adolescentes trans tem dificuldade de relacionamento com as outras meninas e, por isso, vive isolada.

Também foi relatado o caso de um menino homossexual que ficou na unidade feminina por se sentir melhor lá. Apesar desta situação sair um pouco do ponto central da discussão sobre identidade de gênero, há uma leitura importante sobre as diversas formas de violência do socioeducativo, seja ela institucional, como também entre os adolescentes.

De acordo com informações da gestão, foi criado um Grupo de Trabalho na Subsecretaria para formulação de políticas para as/os adolescentes transgêneras/os do sistema socioeducativo, com vistas a elaborar um protocolo de atendimento. A estrutura do governo também possui o Adolescento que é um serviço de saúde no DF que atende adolescentes transgêneros que oferece suporte após o cumprimento da internação.

A partir da observação desses aspectos, verifica-se que as questões de gênero não estão consolidadas na política socioeducativa. Existem algumas parcerias importantes que fazem atividades educativas com as meninas, mas o trabalho envolve uma reflexão mais profunda, sobretudo com os atores do sistema. Os entendimentos sobre papéis de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e reconhecimento dos desejos são confusos para muitos e, nesse sentido, o alinhamento desses conceitos torna-se fundamental para o melhor atendimento das adolescentes.

Para ilustrar essas fragilidades, a Defensoria apresentou uma percepção sobre a hipersexualização das meninas. “Meninos respondem com violência e meninas com sexualidade”. Mas, ao mesmo tempo, institucionalmente não há sistematização de quantas meninas foram atendidas pela assessoria jurídica do núcleo nos últimos 6 meses. A coordenação do NAI também apresenta percepção semelhante ao mencionar que as



meninas causam confusões, gritam e paqueram agentes. Mesmo que esse tema tenha nuances delicadas, cabe destacar a importância da realização de debates sobre objetificação e normatização do corpo da mulher no sistema de justiça.

A promotoria não enxerga necessidade de abordagens diferentes para as adolescentes na internação. “Meninos e Meninas devem ter tratamento igual”, o que demonstra uma visão genérica do atendimento. Mas, em contraposição, as informações ouvidas relatam que elas possuem maior ocorrência disciplinar: “É mais difícil para as meninas do que para os meninos estar internada”.

A continuidade dessa trajetória punitiva pode ser percebida com maior peso em outro caso mencionado pelo sistema de justiça. Recentemente, três meninas foram para o sistema prisional porque cometeram novo crime após saírem da internação. Há aqui uma lacuna para pensar também em incidências nos ciclos de violência nos quais as meninas estão inseridas. Seja nos territórios, como nas próprias famílias.

O Juizado suscita que a desestrutura familiar se torna abandono familiar no caso de muitas meninas. Segundo depoimentos, há um julgamento maior, pelo fato de ser mulher, que aumenta o peso do ato infracional e o estigma com a família.

Há um discurso muito marcado em vários depoimentos das meninas praticarem o ato infracional junto com os namorados/companheiros. Mas, como coadjuvantes, em que elas colam num homem e no final acabam desprotegidas, com alto nível de solidão. Contudo, mesmo com essa visão que entende a menina como vítima de algum contexto, há uma narrativa contrastante que as criminalizam mais por isso. O ato se torna mais grave pelo fato de serem meninas.

O Juizado ainda coloca alguns pontos favoráveis ao investimento no atendimento das adolescentes. Para além do baixo quantitativo que ajuda na oferta de cursos, os depoimentos ressaltaram que é mais fácil atuar junto a elas, uma vez que as meninas falam mais dos problemas, é fácil identificar suas emoções e saber mais detalhes das suas histórias de vida.

Como recomendação principal do sistema de justiça foi apontada a necessidade de um olhar especial para adolescentes grávidas e mães, com vistas a dar um suporte emocional e informativo.



7. LISTA DE DOCUMENTOS LEVANTADOS NA CIDADE

- Plano Político Pedagógico da Unidade de Santa Maria. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/07/pppismcresantamaria.pdf>. Acesso em 14/06/20
- I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do DF. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2016/06/1o-plano-decenal-de-atendimento-socioeducativo-do-df-pdase.pdf>. Acesso em 14/06/20



8. SISTEMATIZAÇÃO RESUMIDA DAS DIMENSÕES DA PESQUISA

DIMENSÕES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS
<p>Percepção sobre a Gestão e política de atendimento socioeducativa</p>	<p>Gestão estruturada e grande parte da equipe é concursada</p> <p>Plano de cargos e carreiras realizado</p> <p>Estruturação do Núcleo de Atendimento Integrado</p>	<p>Romper com a cultura de que as meninas são mais difíceis e possuem comportamento de maior tensionamento</p> <p>Finalização da unidade feminina exclusiva no Gama</p> <p>Falta de cursos de profissionalização com inserção no mercado de trabalho</p> <p>Baixa qualidade das refeições oferecidas as meninas na internação</p> <p>Retomada do comitê gestor intersetorial socioeducativo</p> <p>Implementação do Plano Decenal</p>	<p>Realização de atividades formativas sobre desigualdades de gênero e sexualidade com todas as equipes do socioeducativo</p> <p>Finalização da unidade do Gama com as adaptações necessárias a convivência das meninas</p> <p>Maior investimento em cursos profissionalizantes aliados a parcerias com empresas para absorção da mão de obra das meninas</p> <p>Revisão do contrato da empresa fornecedora de alimentação para a unidade de Santa Maria</p> <p>Mobilização dos atores para a retomada do Comitê Gestor Intersetorial Socioeducativo</p> <p>Realização de reunião ampliada do Conselho para prestação de contas da gestão com a execução das metas do Plano Decenal</p>



DIMENSÕES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS
Perfil das adolescentes do Centro/ Unidade socioeducativo.		<p>Invisibilização do recorte de gênero e raça</p> <p>Reprodução de estereótipos e papéis de gênero</p> <p>Famílias monoparentais, com baixa renda, oriundos de territórios violentos</p> <p>Inexistência de um programa de egressos e reincidentes</p>	<p>Realização de atividades formativa com o sistema socioeducativo sobre gênero e raça</p> <p>Maior investimento em ações com as famílias das adolescentes para reestruturação dos laços</p> <p>Estruturação de um programa de egressos e acompanhamento de reincidentes</p>
Cotidiano de atendimento na Unidade de Internação	<p>Parceria com o Sistema S, Instituto Luminar, Rede de Mulheres e INESC para oferta de atividades para as adolescentes</p>	<p>Ociosidade das meninas no cotidiano</p> <p>Dificuldade de atendimento para a ginecologia/obstetrícia, tratamento de álcool e drogas e saúde mental</p> <p>Falhas na comunicação da escola com direção</p> <p>Atividades mistas demanda muita mediação da equipe técnica</p> <p>Priorização dos aspectos de segurança</p> <p>Sistema de justiça e conselho não sabem o que ocorre no cotidiano</p>	<p>Maior investimento em parcerias para realização de atividades com as meninas</p> <p>Reorganização da rotina para minimizar o tempo ocioso</p> <p>Melhor articulação com a rede de saúde</p> <p>Realização de reunião de alinhamento entre a direção da escola e a direção da unidade feminina</p> <p>Investimento em atividades formativas de comunicação não violenta para a equipe técnica</p> <p>Mobilização de reunião da gestão com o sistema de justiça para alinhar compromissos e responsabilidades com o atendimento socioeducativo das meninas</p>



DIMENSÕES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS
<p>Plano Individual de Atendimento (PIA)</p>	<p>O PIA é construído para todas as meninas e reavaliado semestralmente</p> <p>Além do PIA, existem relatórios descritivos que são encaminhados ao judiciário</p>	<p>Desalinhamento sobre o prazo de elaboração do PIA</p> <p>A metas acordadas com as meninas, na maioria das vezes, são difíceis de serem alcançadas por questões estruturais</p> <p>Dificuldade de realização de um trabalho mais consistente com as famílias</p>	<p>Realização de reuniões periódicas entre a equipe/direção e a gestão para discussão dos ajustes do PIA</p> <p>Articulação com a rede de políticas setoriais para melhor oferta de encaminhamentos para as meninas</p> <p>Investimento em mais atividades com as família e pagamento de auxílio para deslocamento até a unidade das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social</p>



DIMENSÕES	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS
<p>Percepções sobre a identidade de gênero e sexualidade no sistema socioeducativo de internação</p>	<p>Criação de um Grupo de Trabalho na Subsecretaria para formulação de políticas para as/os adolescentes transgêneras/os</p> <p>As meninas tem mais facilidade para falar dos problemas. É mais fácil identificar as emoções e saber detalhes das suas histórias de vida</p>	<p>Desgaste da equipe técnica com as mediações de conflito entre as meninas e com os meninos</p> <p>Desconstrução de estereótipos e papéis de gêneros</p> <p>Confusão entre os entendimentos de identidade de gênero e orientação sexual</p> <p>Sentimento de insegurança para as meninas na internação</p> <p>Maior ocorrência disciplinar para as meninas</p> <p>Influência de companheiros/namorados no ato infracional</p> <p>O ato infracional possui mais peso para as meninas</p> <p>Investimento em um projeto de acompanhamento das adolescentes grávidas e mães</p>	<p>Realização de atividades de diálogo e debate sobre os temas de gênero e sexualidade com todos os atores do sistema socioeducativo</p> <p>Realização de debates amplos com o sistema de justiça sobre os critérios de aplicação das medidas socioeducativas para meninas</p> <p>Realização de formação com os profissionais de atendimento sobre os temas de gênero e sexualidade</p> <p>Revisão do regimento interno para verificar os critérios de aplicação das medidas disciplinares</p> <p>Estruturação de um projeto de atenção para adolescentes grávidas e mães, com vistas a dar um suporte emocional e informativo</p>

***A missão do IBAM é promover – com base na ética,
transparência e independência partidária – o desenvolvimento
institucional do Município como esfera autônoma de Governo,
fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços
e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade
democrática e a valorização da cidadania.***



Rua Buenos Aires, nº 19 – 20070-021 – Centro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax: (21) 2142-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br – Web: www.ibam.org.br